

## **Zilda Gricoli Iokoi**

Nesta entrevista<sup>1</sup>, concedida durante o VII Encontro Regional de História - Violência e Direitos: 500 Anos de Lutas – do Núcleo Regional do Paraná, realizado em Marechal Cândido Rondon, de 30 de abril a 04 de maio de 2000, a presidente da Associação Nacional de História (ANPUH)<sup>2</sup>, nos fala sobre movimentos sociais contemporâneos, fomento à pesquisa e pós-graduação, trajetória da Anpuh, história política recente e sobre sua experiência de professora e intelectual, politicamente engajada. Numa análise envolvente, a historiadora tece feixes de filigranas entre a pesquisa, o ensino de história e a prática do intelectual, reafirmando a indissociabilidade dessas ações com a política.

*A ANPUH é uma associação que está com quase quarenta anos. Durante este período, várias transformações ocorreram tanto no campo profissional quanto no campo intelectual dos historiadores. Como a senhora analisa esta longa trajetória da ANPUH?*

A nossa associação teve uma trajetória muito interessante porque se constitui e começa a atuar, exatamente, no momento onde a revisão

<sup>1</sup> Entrevista realizada pelo Conselho Editorial da Revista Tempos Históricos/Unioeste (Paulo Koling), ANPUH/PR (Silvia H. Zanirato), Mundos do Trabalho/Unioeste (João Fabrini), Colegiado do Curso de História/Unioeste, (Valdir Gregory e Davi F. Schreiner). Organização: Davi F. Schreiner (Unioeste); Transcrição: Paulo Koling e Antônio Myskiw. Revisão: Alexandre S. Ferrari (Unioeste).

<sup>2</sup> Do vasto currículo de Zilda Gricoli Iokoi destacamos que é Chefe do Departamento de História FFLCH-USP, biênio 2000/ 2002. Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da FFLCH-USP. Biênios 1996/1998 e 1998-2000. Autora de inúmeras obras, entre as quais: *Lutas Sociais na América Latina. Argentina, Brasil e Chile*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.; *Igreja e Camponeses na América Latina: Teologia da Libertação e a Luta pela Terra Brasil-Peru – 1964/1986*. São Paulo: HUCITEC, 1996.; *O Brasil atual e a Mundialização*. São Paulo: Edições Loyola, 1997 (História Temática Retrospectiva, V). *Deslocamentos Populacionais e Novas Solidariedades*. São Paulo: Bei Comunicação, 2000 (Coleção Êxodos, Programa Educacional).

sobre velhas práticas de formas associativas já estava em questão. A ANPUH nasce para fazer uma articulação do conhecimento histórico na perspectiva de ser uma entidade acadêmico-científica. Ela ganha uma dimensão de ser associação que, por conta da estrutura do país e das modificações no período pós-64, passa a ser uma entidade de reivindicação do direito à memória e do direito à história. Aí estou pensando quando a ditadura eliminou a História e a Geografia do ensino de 1º e 2º Graus e quanto foi a nossa luta. Lembro-me desse caminho, da Déa Fenelon liderando o movimento no MEC, do Fernando Novaes, Jobson Arruda, todos os nossos historiadores, de diferentes concepções, unidos na perspectiva de fazer discussões, fazer valer o direito à história e o direito à memória. Não era uma briga corporativa por aulas no ensino secundário, não era disso que se tratava. Era, de fato, de um espaço de reflexão sobre o país. E essa perspectiva fez com que tivéssemos uma inserção política muito forte em relação ao ensino, em relação à qualidade do ensino e em relação à formação dos profissionais e da própria Universidade. Então é muito interessante porque, num certo momento da vida da ANPUH, nós tivemos uma ruptura, uma parte dos historiadores foi formar a SBPH, porque alegavam que a ANPUH se dedicava demais à questão do ensino e que a pesquisa ficava relegada a um segundo plano, que os nossos eventos eram massivos demais, onde não havia oportunidade para um certo aprofundamento de pesquisas mais temáticas, individuais, etc.

Essa discussão obviamente cruzou com a questão política porque se tratava de uma perspectiva de uma entidade científica voltada para interesses amplos ou restritos. Mas a formação da SBPH, ela sai nessa perspectiva, de articular uma entidade que tivesse mais aprofundamento do conhecimento, tanto era a inserção das lutas da ANPUH na questão do ensino de 1º e 2º Graus e no ensino geral. Depois, tivemos um outro movimento que começou a nos dar uma perspectiva de que aquela discussão não estava vencida, isto é, que a resposta àquela preparação não tinha acontecido. Quando, por exemplo, os professores resolvem começar a discutir e formar uma entidade de pós-graduação. Mais uma nova idéia de ruptura. E essa idéia de ruptura não vingou, porque aí nós soubemos fazer bem. É o início do projeto ANPUH/CNPq, organizado, inicialmente, pela professora Maria de Lourdes Janotti e depois dirigido pela professora Maria Helena Capelato, onde fomos fazer um mapeamento da área inteira, verificar toda a produção e fizemos o catálogo

das teses, depois de um processo enorme de organização dos cursos de pós-graduação, de rediscussão da pós-graduação.

Nessa perspectiva demos uma resposta de verticalização para o reconhecimento e conhecimento da própria área. E, resultado desse projeto ANPUH/CNPq, nos fizemos a organização do Fórum Nacional dos Coordenadores de pós-graduação, que está ativíssimo hoje, que tem nos ajudado enormemente na discussão das políticas científicas, portanto, toda relação com o Ministério de Ciência e Tecnologia, com a CAPES, com o CNPq, está mediada hoje pelo Fórum que se antecipa. O Fórum é uma reunião de todos os coordenadores dentro da ANPUH, dirigida pela Secretaria Geral da ANPUH, com a presença ou não da presidência, depende da circunstância, mas o Secretário Geral tem essa atribuição. E, nessa perspectiva, a ANPUH dá encaminhamento de todas as demandas de pós-graduação no país. Inclusive, nos organizamos para eleger nossos representantes de área, tanto na CAPES quanto no CNPq. Os nossos representantes de área têm como condição *sine qua non*, para ser indicados e votados por nós, estar presente no Fórum e levar as políticas definidas pelo Fórum. Então, temos uma condição muito estratégica hoje, acima de várias áreas do conhecimento que não tem este mecanismo tão ampliado e democrático de intervenção imediata e, às vezes, até de antecipação das questões que nos envolvem.

A ANPUH conseguiu melhorar muito essa dificuldade, tinham uma certa razão na crítica desse vocacionamento mais ligado à demanda das políticas educacionais do ensino de 1º e 2º graus, que nos comiam um tempo enorme, porque eram lutas complicadas pelo país inteiro e cuja eficácia de nossa ação nem sempre era tão imediata e esse equilíbrio de fazer funcionar a entidade com toda essa dimensão de reconhecimento da pesquisa. E aí, além do projeto e do Fórum, que sua permanência hoje é muito importante, nós conseguimos iniciar a organização de três projetos simultaneamente. Os grupos temáticos dentro da ANPUH, isto é, os grupos de trabalho que se reúnem e se verticalizam em torno de determinados campos. Nós temos fragilidade neste aspecto, porque tivemos funcionamentos de grupos de trabalho muito ativos, o de História Política, o de Cidade e depois o de Movimentos Sociais, e, hoje, nós não temos mais essa ativação tão plena. Talvez porque a própria organização da pós-graduação tenha dado conta dessas tarefas nos próprios institutos. Mas temos organizado os nossos eventos, os Seminários Regionais e Nacionais, muito articulados com esta questão temática, dando vazão e oportunidade a cada ano, um ano do Regional e outro ano do Nacional,

para que a expressão destes trabalhos aconteça. E, às vezes, dentro do Simpósio Nacional, a gente organiza campos temáticos mesmo. Fizemos isto numa experiência muito rica em Recife, onde organizamos um módulo Zumbi. Todo o pessoal que estudava a questão da escravidão, dirigida pela Silvia Lara e pelo John Monteiro, organizaram um módulo que começou a agregar e deu vazão a essa questão da produção.

Temos que reconhecer também que duas efemérides foram muito importantes para a ANPUH: o Centenário da Abolição e o Centenário da República. Se observarmos o crescimento das pesquisas na história política republicana e nos estudos sobre a questão da escravidão, marcados por estas duas efemérides, a gente vai ver qual é a diferença destas duas efemérides para essa de hoje. Porque aquelas se montaram como demanda dos pesquisadores, que abriram um campo enorme de irradiação dos temas, das dificuldades, das carências. Fizeram uma agenda de pesquisas e a agenda de pesquisa se desenvolveu com os trabalhos que estavam em curso. Resultado disso, no Centenário da República, já tínhamos em decorrência do próprio Centenário da Abolição, um conjunto de trabalhos bastante significativos, e fizemos linhas de publicação nesses dois campos organizados pela efeméride, portanto pelo evento, e com isso a gente conseguiu dar vazão a uma produção que estava bastante estancada. Também fizemos isso nos 500 anos da América. Conseguimos fazer um evento absolutamente sensacional, ultradiversificado, que juntou pesquisadores do mundo que trabalham com América Latina, 150 convidados estrangeiros. Fizemos nove volumes da produção, o último acabou de ser fechado agora. E, de fato, uma articulação muito crítica, muito radical, sobre a questão do conhecimento, com balanços sobre esses impasses mesmo da produção.

Neste momento aqui, nós ficamos frágeis, eu acho. De um lado nós tentamos intervir sobre uma efeméride marcada e muito centrada pela estrutura de poder. O Governo se articulando em torno de uma manifestação, que tem uma cara, um jeito, uma demanda de recursos e apenas uma forma de olhar, onde o estar voltado para fora era a unidade central. Quer dizer, na verdade não estávamos falando de 500 anos de colonização, 500 anos de conquista, 500 anos de escravidão, 500 anos de monopólio da terra, estávamos falando 500 anos de civilização *versus* a barbárie. Esse tom que o Fernando Henrique e o Ministério de Ciência e Cultura deram para este movimento foi absolutamente escandaloso, nunca vimos alguma coisa dessa natureza.

A professora Janice Theodoro da Silva, que foi convidada para

ser curadora da grande exposição, queria fazer um jogo que pensasse os contrários. Bom, temas como *mineração* e *Tiradentes* foram cortados da exposição. Não era para falar da violência da conquista. Não era para falar de Portugal explorador. Não era para falar das nossas mazelas. Era para falar das nossas belezas. Tanto isso que o memorial global de Porto Seguro não é feito por um Austríaco. Indica bem qual é o significado das representações. Teve que derrubar o Índio Pataxó de protesto à queima da sua liderança em praça pública em Brasília. Quer dizer, isso é uma coisa absurda. E toda a discussão crítica se transformar em movimento de protesto, em movimento de contra ofensiva aos Pataxós, ao MST. Todos aqueles que quisessem tinham que ir lá se defrontar com a polícia pra fazer valer a sua vez e a sua voz naquele momento, naquele evento. Uma coisa absurda. Nunca vivemos uma coisa dessas. Nem no tempo da Ditadura. Por que isso? Por que o governo de Fernando Henrique é igual à Ditadura? Não é. Na verdade, porque tem uma prepotência intelectual instituída no governo, a de que o único conhecimento e a única verdade são a do governo, porque ele é intelectual. Intelectual é prepotente, intelectual tenta passar uma única voz. Nós lidamos criticamente com isso o tempo inteiro, porque é sempre um cacoete da profissão, você pensa mais que o outro, sabe mais que seu vizinho, essa história toda. A gente tem que discutir enormemente esse procedimento. E aí, quando você tem o fechamento de uma efeméride centrada e dirigida por alguém que sabe mais do que os outros, então vira o autoritarismo.

Quer dizer, na verdade eles não têm o viés militarresco do autoritarismo por si mesmo, mas eles liberam esta energia. Ao liberar esta energia, a repressão aparece, nas cenas de frente, porque tem que manter a ordem. Qual ordem? Aquela ordem. Porque aquela é a ordem estabelecida. É uma velha ordem, é a velha ordem portuguesa e o velho projeto colonial. Os portugueses estão muito mais críticos pensando esses 500 anos e muito mais radicalmente revendo com clareza as dificuldades que produziram neste caminho da modernidade e que deixaram para várias partes do mundo. Estão repensando o Brasil, a África, etc., num movimento de autocrítica muito mais interessante do que nós que somos o refém da vítima.

Agora, o nosso presidente se acha a Europa, se vê Europa, governa para a Europa e para os Estados Unidos. Então, isso aparece muito claramente nessas manifestações mais polares. Eu acho que isso é um problema. E a ANPUH, ficou com dificuldade de fazer um enfrentamento dessa natureza. Então, o que fizemos nós? Fizemos um

movimento para que todos pensassem esse tema variadamente ao longo desse momento. Vamos fazer uma atividade central no Encontro Regional de São Paulo, para pensar o massacre das populações indígenas, a concentração fundiária e os preconceitos. E estivemos na mesa de abertura da Sessão dos 500 anos, na Câmara dos Deputados, convidados pelo Michel Temer. A mesa de abertura foi interessantíssima. Marcos Terena, Joel Rufino dos Santos, a presidenta do Conselho da Condição Feminina, que é uma juíza de Alagoas e eu, numa mesa na qual fizemos a agenda do que o Congresso Nacional deve a esses temas, a essas causas, e como é que tem que fazer uma adequação no campo do Legal, entre a Constituição de 1988, que prevê uma quantidade enorme de direitos e o Código Civil e o Código Penal, que estão na década de dez. Portanto, não permitem a realização dos direitos. É uma tarefa exclusivamente parlamentar. Fizemos a agenda e dissemos: senhores deputados, isso lhes compete, queremos que isso vá à frente.

Isso foi uma coisa tímida, mas não tinha alternativa, porque ao fazer um evento de outra natureza, corríamos o risco de fazer o mesmo movimento. A nossa versão tinha que ser a versão verdadeira. E aí nós tínhamos um dilema político e um dilema teórico. Nós não podíamos entrar nesta conversa. Então tivemos mesmo que agir nessa multifacetada ação. Nessa multifacetada ação, a gente tem menos visibilidade. Mas, o procedimento está correto. Então, foi assim que a gente fez esse movimento. E, esses anos todos da ANPUH têm nos indicado que a gente faz ciência e política o tempo inteiro. A gente não separa essas duas coisas.

*Um pouco dentro dessa questão da pesquisa básica e pesquisa aplicada, em que as Humanas e a História são jogadas dentro de um mercado do conhecimento. É importante a discussão do mercado editorial para o historiador e da perspectiva do fomento à pesquisa na área das Humanas e na área da História. Estou falando do CNPq, das Fundações de amparo à pesquisa, a exemplo da FAPESP, das Fundações aqui da região Sul, da FAPERGS, da FUNCITEC em Santa Catarina, da Fundação Araucária, no Estado do Paraná. Os pesquisadores querendo que ela funcione, etc. E a discussão na perspectiva de que há um discurso hegemônico de que é preciso fazer parcerias para o financiamento da pesquisa. Conhecimento e Mercado. O que isso significa para a área da História e das Ciências Humanas?*

Tem algumas coisas que encaminhamos mal. Nós ficamos pintando a nossa cara de “patinho feio”, de “primo pobre”, durante muito

tempo. Se a gente avaliar o nosso trajeto verdadeiramente, a gente percebe que tivemos uma entrada bastante significativa dentro das agências de fomento. Eu não quero falar da História inicialmente, quero falar do campo grande. A pós-graduação nasce numa contradição, que é uma estratégia de silenciar quem ficou.

De um lado, vem a ditadura, vem uma repressão enorme, as cassações. De outro lado, o fomento à pesquisa: pós-graduação. Isso é uma contradição do próprio Regime Militar, e uma contradição positiva. Porque eles optavam por um projeto de nação e tinham a necessidade de capturar intelectuais que ajudassem a tecer e a constituir pelo menos em alguns campos, como o da energia, das telecomunicações, um aporte, uma legitimidade acadêmica, eles fazem este movimento contraditório. De um lado, vem a repressão, mas, de outro lado, vem as verbas e forma-se a pós-graduação. Forma-se uma pós-graduação nacional heterogênea, diversificada, por campos de conhecimento. Não foi um campo que levou. Vários levaram. Nós levávamos obviamente menos nesse processo. Mas, um campo que fez com que as Universidades existentes pudessem já se transformar em Universidades plenas, onde ensino e pesquisa estão articulados.

Isso, hoje, está mais ameaçado no discurso. Eu quero dizer que isso não está ameaçado na prática e vou fazer meu argumento: hoje você tem uma relação que diz: “nós não precisamos armar um complexo universitário num país que esteja integralmente vinculado à pesquisa. Porque alguns centros vão fazer a pesquisa de ponta e os outros centros vão fazer outra coisa, a irradiação desta ciência produzida”, que a gente chama jocosamente de vulgarização do saber. “Uns produzem o saber, outros vulgarizam o saber”. Uma idéia que tem força significativa em determinados ramos do conhecimento. Porque se pegar, como exemplo, toda a área de genética, toda a área de biomédica, toda área desse campo da física, de fato, para você produzir um elemento nessa cadeia de produção, você tem que estar dentro daquele laboratório, fazendo a continuidade daquele experimento. E é isso que vai te dar um pedacinho que a gente não sabe que conhecimento vai dar. Eu compreendo isso. Acho que está correto. Não dá para montar um laboratório igual àquele em todos os lugares, para reproduzir um mesmo movimento. Tem lógica isso. Mas nós temos um país enorme e altamente diversificado. E temos que fazer uma combinação da pesquisa também vinculada aos interesses do país, não só do conhecimento abstrato como faz a ciência básica, mas do país efetivamente. E isso dá possibilidade de pensarmos que o ensino

e a pesquisa estão necessariamente articulados, porque senão, você não está produzindo conhecimento. E fazê-lo com uma certa articulação do planejamento intra-regional. Acho isso muito viável. Acho que isto já está acontecendo. O que nos toca, nós que ficamos no primeiro movimento como os “primos” indesejáveis do projeto dos militares. Porque evidentemente, a área das humanidades vai fazer a crítica social e a crítica do Estado. Passamos a receber muito pouco naquele bolo, ganhamos pouco daquele bolo. O Chico [Francisco de Oliveira] conta sempre uma história, que ele foi a FINEP pedir um financiamento pra um projeto e o presidente dessa instituição disse: “Escuta aqui, professor: o Senhor acha que nós vamos dar dinheiro pra vocês virem falar mal da gente?” Era uma coisa bem explícita mesmo. O Chico falou: “Está certo. Vou embora. Não vão me dar mesmo. Vou arranjar do outro lado”. Então, tinha essa dimensão clara. De que determinados campos, eram campos absolutamente incomodativos, não podiam ser financiados, porque eles iam botar o dedo na ferida, falar das mazelas desse golpe militar. É com isso que ainda estamos em pé hoje.

O Ministério de Ciência e Tecnologia, o PABCT, as políticas mais gerais, foram importantíssimas para a qualificação do complexo universitário brasileiro de tal maneira, que eles foram primeiro articulados em grandes centros mesmo e depois passaram a ser uma demanda do movimento docente para todos os outros centros. Eu fiquei seis anos num GT do ANDES, que discutia a necessidade de colocar um plano fundamental do Sindicato dos docentes à capacitação e os planos de capacitação. Acho que vencemos essa batalha. Hoje temos um crescimento enorme na área de titulação. É muito difícil você parar a pesquisa hoje, porque você tem os pesquisadores dentro das instituições. Quer dizer, vai dizer pra alguém que tem um conjunto de mestres e doutores e que acabou a pesquisa? Não vai ser fácil derrubar.

*Sobre os movimentos sociais. A partir dos dados publicados pela CPT, em 1999, a gente vê que nos últimos três anos tivemos um aumento muito grande da violência no campo. Ao mesmo tempo, as ocupações de terra cresceram extraordinariamente, comparando com o período de 1988 a 1996. São mais de 1600 ocupações. Embora os assentamentos rurais no atual governo tenham sido criados a um ritmo maior do que em governos anteriores, o número é insuficiente para dar conta dos 4,5 milhões de possíveis beneficiários da Reforma Agrária. Não obstante, o Fernando Henrique Cardoso anuncia que fez a maior Reforma Agrária no mundo contemporâneo. Como a senhora vê o governo FHC em relação aos movimentos sociais, especialmente*

*rurais? E como a professora analisa a postura e a atuação dele em relação à Reforma Agrária?*

Acho que o governo carrega em si próprio uma contradição enorme. Vale mais a pena pensar um pouco antes. Nós tivemos, na perspectiva do processo da Constituinte de 1988, uma articulação muito interessante feita na formulação do I e do II Plano Nacional de Reforma Agrária. Um movimento de discussão super articulado, muito bem tecido, mediado, que pensava assentamentos rurais, pequenos e médios produtores, a grande propriedade. E este projeto que tinha na hipótese da esquerda uma boa viabilidade de aprovação na Assembléia Constituinte, se perdeu muito rapidamente, porque a UDR resolveu fazer uma intervenção direta e elegeu uma bancada ruralista, que derrubou toda a possibilidade de negociação, de um plano de reforma.

Na minha hipótese, não foi a UDR que derrubou o plano de reforma. Se a lei regula o consuetudinário e não prevê e não antevê futuro, o movimento tem que criar uma nova estrutura de terras e depois lutar para regulamentar aquilo que já está sendo praticado. Na hora que a Lei universaliza, ela joga para trás as lutas mais avançadas em nome de um bem comum. Vou dar um exemplo do que eu quero dizer: em 1850, havia uma série de demandas pela liberdade. Os escravos, principalmente no Rio de Janeiro, estavam brigando pela liberdade. Compravam alforria, que não era respeitada, a alforria atingia a escrava e não seu filho, os herdeiros não queriam garantir a carta de alforria, havia problemas de ordem de vivência social e as pessoas recorriam, a tal ponto que foi preciso, em 1852, abrir uma curadoria de negros. Portanto, na verdade o negro estava considerado efetivamente como um sujeito e tinha um lugar de demanda. A idéia da liberdade do nascituro vigorou e todas as crianças a partir daquela data seriam libertadas, mas a tutela se estabeleceu. Estariam na tutela do senhor até a maioridade. Para aqueles que estavam na ação direta, foi uma perda. Para aqueles que não estavam na luta, foi um avanço.

O Movimento Sem Terra percebeu isso claramente no processo Constituinte de 1988. E compreendeu que a derrota não se deu apenas em função da composição parlamentar que estava no Congresso, porque ali é o lugar da dominação, o lugar da hegemonia dos latifundiários, daqueles que não querem fazer alteração distributiva de renda no país. Este quadro dependia de uma virada, de uma ação de ocupação de terras, para poder, de fato, fazer andar o movimento e conseguir, mais tarde, sua

legalização. Então, o MST, foi para o seu IV Congresso e estabeleceu o lema “Ocupar, Resistir e Produzir”. Por que? Porque se não tiver a ocupação de terras, não haverá distribuição de terras. O governo se move mediado pela impactação social do conflito posta pelos sem terra. Ele só se move nessa direção. O que é que faz o Movimento? Aciona e acirra essa demanda. Acirra essa demanda e força o governo a ver a questão da terra como um problema.

Na verdade, o presidente está lá hoje, representando interesses. É obvio que na hora que ele deixa de ser um homem de idéias e passa a ser um homem de interesses, ele tem que negociar, de mediar campos, onde está a força de combate. O governo Fernando Henrique tem agido nessa articulação, e acho que agido positivamente. Porque, ao mesmo tempo em que ele reclama publicamente pela ação do Movimento dos Sem Terra, ele não reprime o Movimento dos Sem Terra. Quem baixa a repressão no Movimento dos Sem Terra? As articulações de proprietários e de governos de Estado, mediadas pelas forças policiais dos estados. É a PM que está dando cacete e as guardas privadas.

O governo fica numa “saia justa”. Ele não pode quebrar o bloco político que o sustenta, e também não pode ignorar essa demanda, que é uma demanda tensa e, portanto, ele vai agindo lentamente. Tem uma postura ambígua, mas é interessante na medida em que, feita uma certa ocupação, ou um certo movimento de acampamento e a questão aparecendo, as medidas vão sendo lentamente implementadas. O movimento vai pressionando. Ele ganha apoio dos Institutos de Terra para ter agrônomos que vão ajudar na formulação. Ele está ganhando um pedaço do fundo público mesmo sem ser regulada a estrutura da propriedade. O governo tem feito isso. Realmente tem feito isso. Ao mesmo tempo em que ele ganha um adversário enorme nessa brincadeira, que são os pequenos proprietários. Portanto, o MST ganha mais do que os pequenos proprietários. Você cria uma polêmica política entre essa gama de pequenos proprietários e o governo. E o governo fica de saia justa, porque se não é de cá, é de lá. Se você olhar a figura do [Raul] Jugmann, ele faz uma discursividade totalmente radical e contrária ao MST. E tem que lembrar que o Movimento Sem Terra é um movimento social heterogêneo, diverso, que tem uma coordenação, mas que não define todas as regras do jogo. Portanto, sujeitos dessa ação, eles são múltiplos, variados, e tem um perfil de escolha e de interesse muito heterogêneo.

Nós temos que produzir um conhecimento muito rápido sobre

isso, sobre os problemas e dificuldades. E os historiadores que trabalham com os movimentos sociais contemporâneos, não têm feito um bom exercício de pesquisa, porque falam pela voz do mediador principal, e, portanto, não conhecem a realidade inteira e não assumem uma posição em relação ao problema. Desse modo, tudo permanece errado, porque enquanto não estiver tudo muito bem decantado para podermos levantar todos os problemas que estão em curso, enquanto o conhecimento não estiver esclarecendo nada, torna-se difícil de a gente andar, o que temos que fazer é, de fato, acionar uma pressão sobre o governo para se definir nessas contradições.

Não é verdadeiro tudo o que o Fernando Henrique fala na mídia contra o MST. Ele fala porque tem que fazer isso mesmo, mas ao mesmo tempo ele está fazendo uma outra prática. Agora, a meta de assentar um milhão de famílias está muito aquém, não chegará lá. Por que? Porque, obviamente, essas contradições agitaram uma oposição ao governo, às medidas do governo e ao próprio Movimento, muito poderosas. Esse é o grande dilema desse país porque a terra ainda é domínio não é capital, não é só entesouramento, a terra ainda é domínio, é lugar de barganha política, é lugar de curral de voto. Tem uma elite absolutamente reacionária, perversa, que ganha na política por aí. A desconcentração fundiária vai demorar muito para ser realizada.

Nós vamos ter que experimentar mesmo. Quanto mais o MST ocupar, mais o governo terá que ceder e maiores serão as possibilidades da Reforma Agrária andar. Mas também, quanto mais o Movimento anda mais a violência ocorre e mais os grupos paramilitares se formam. Então nós temos que entrar nesse campo para fazer a crítica do uso da força policial, nos Corumbiaras e Eldorados de Carajás, nos assassinatos individuais das pessoas. Nós temos que criar uma rede cooperadora que tem que envolver os trabalhadores urbanos e rurais, os intelectuais, etc., para ir no sentido de alguma medida e mudança. A hora em que os trabalhadores urbanos perceberem que os assentamentos rurais vão melhorar o padrão de consumo e, de fato, criar condições de uma parceria mais efetiva, campo e cidade voltam a se encontrar. Já tem se encontrado, os camponeses já têm assento na CUT. Demorou muito para ter assento na CUT. Já podem fazer sua luta. Já não vão mais bater na porta do Ministério do Trabalho quando, na verdade, a questão é territorial, portanto, é do código civil e tem que ir para outro lugar.

*Ainda sobre o MST, a principal forma de territorialização das lutas é através dos acampamentos, das ocupações e assentamentos. A ocupação tem sido, vamos dizer assim, uma prática nova de luta. O MST se constitui assim. Agora, o que o MST com a sua prática de luta tem de novo e o que tem de velho? E a experiência do messianismo, como ela contribui para as lutas dos trabalhadores sem terra e o que ele acrescentou de novo nessas lutas?*

A história pretérita é reconstruída na perspectiva da história contemporânea. Não acho que tenha uma ligação direta entre Canudos, Contestado, Ligas Camponesas, e o MST. Não é assim que a história se move. Quer dizer, no momento em que eu quero qualificar uma ação vou buscar uma gênese e essa gênese pode ser absolutamente abstrata, mas ela é salvadora de um elo identitário, de ícones, por onde eu vou rememorar alguma coisa que eu efetivamente não vivi, que é a minha própria história. Quer dizer, na hora que lembro dos calabreses, bom eu não sou calabresa, eu nunca fui pra Calábria, isso me dá um elo identitário abstrato para entender a minha relação com o meu pai. Então essa história de fazer uma linha direta lá de trás para cá, mata a história. Ela não puxa a história pra linha de frente e ela não deixa perceber como é que os processos são simultaneamente novos e velhos, modernos e arcaicos.

O nosso país se constituiu nessa conexão imbricada entre moderno e arcaico, que é um mesmo movimento. Como é que é isso? Evidentemente, a história da concentração fundiária está ligada à idéia da terra-domínio, da terra como realização de uma força extra-econômica e que vem da idade média. Então, a terra é para aqueles que têm limpeza de mão e sangue, onde ele realiza sua territorialidade, os demais são agregados à terra como elementos da terra. Só que a nossa concentração fundiária, de hoje, é muito distinta disso. É, primeiro, a manutenção do curral eleitoral, isso ela tem como permanência efetiva. Mas ela é engrenagem substantiva para montar toda uma gama de dominação do circuito do ramo na modernidade. Então você pega, por exemplo, os velhos latifundiários, eles já são banqueiros, dirigentes de todos os sistemas de comunicação, imprensa escrita, televisiva, radiofônica, e eles estão na política. Esses coronéis modernos, se vocês olharem a *Carta Capital*, ela fez dois números interessantíssimos sobre nossas oligarquias, vocês vão ver que aqui as oligarquias são antiguíssimas e vieram com a grilagem de terras. Quem é o senhor Moisés Lupion, ao fim e ao cabo, senão um grande grileiro de terras, que lá atrás usou um mecanismo que foi dado pela Lei de Terras. A Lei de Terras transformou

a terra em equivalência de capital (preço-valor), mas fez com que todos aqueles que eram os antigos concessionários das sesmarias ganhassem esse atributo de capital. Portanto, aquela velha tradição comcomida do domínio, ficou moderna. E essa gente não rompeu com a coisa do domínio, porque eles não eram efetivamente modernos capitalistas, eram o mesmo time, os velhos grupos oligárquicos que ganharam uma dimensão de modernidade.

Nesse movimento você vai ter coisas absolutamente originais e novas e coisas muito antigas. O que são as coisas muito antigas? O sentido claro de que para ter sobrevida é preciso ter o sonho da propriedade privada. Isso vem de setores médios. Esse campesinato mediano, pequenos e médios proprietários, essa população urbana que quer ter a casa para morar, cria esse universo, esse ideário, e esse movimento tem isso forte. Isso é bem arcaico. Também tem a dimensão de que não dá para ser proprietário individual o tempo inteiro, porque precisa de muita cancha para o ser. Então, por conta da dificuldade de manter a propriedade ativa sem recursos e fazer exploração do trabalho familiar, que hoje não está tão submetida como esteve antes, onde os filhos eram obrigados a ficar com o pai, e lembrem-se de que isso foi a lógica da remuneração do trabalho do campo na nossa história até a década de 60. A imigração estrangeira vem com contrato familiar, os filhos são submetidos à violência paterna na realização desse contrato, seja parceria ou meação. Esse rompimento vai se dar mais para frente. Então, hoje, eles sabem que não conseguem prender o filho à terra se não tiver uma mínima possibilidade de articulação. Então eles precisam de alguns elos associativos.

Estes elos associativos vêm de duas coisas. Vêm do sentido antigo de comunidade, uma coisa conservadora de elos de agregação entre vizinhos, entre os que estão ligados a um mesmo objetivo, vem da religião, e vem das modernas formas associativas. Então vem de muitos lugares essa idéia de associação, o que temos a fazer é desvendar como ela é. Se dissermos “bom, aí tem um coletivismo porque esse movimento é um movimento de esquerda. É falso, não é verdadeiro. Vamos à pesquisa para ver como ela se dá. Então você tem essas dimensões todas que às vezes são positivas e às vezes são negativas. Nós temos que analisar caso a caso: por exemplo, em Santa Catarina, tem um dos assentamentos rurais que está bem avançado na modernidade, penso eu. Eles plantam o índigo, tecem os tecidos jeans, produzem as calças. Conseguiram com esse domínio do circuito do ramo, que é moderno, criar possibilidades

de agregação familiar e ter a 2ª e a 3ª geração agregadas no mesmo processo. Isso é novo. A agricultura de sombra, no Acre, é um procedimento novo. Eles sabem, por exemplo, que a chuva é ácida e que não dá para levar para lá uma produção no sentido dessa produção europeia de arruamento, etc., porque a terra é úmida, tem problema de solo. Então eles fazem o que? Na sombra das castanheiras, eles plantam os melões. E aí eles colhem modernamente, porque a castanha, se você tirar ela do pé ela umedece muito rapidamente e perde seu teor. Então eles colhem a Castanha por fora na floresta, embalam-na a vácuo em papel alumínio, alta modernidade, vem por dentro colhendo os melões. As castanhas e melões eles exportam e comem feijão e hortaliças. A agricultura sustentada, moderna, preservadora do meio ambiente. Tem tradição e conhecimento aí, e tem modernidade introjetada. Então eles são modernos e arcaicos ao mesmo tempo. E tudo é moderno e arcaico. Nós também somos modernos e arcaicos ao mesmo tempo, nós acadêmicos.

O Brasil é isso, não dá para separar esses termos. Os acadêmicos separaram esses termos e foram equivocados nessa separação. Ao separar esses termos eles diziam assim: é a indústria *versus* a agricultura, é a cidade *versus* o campo, é o sujeito coletivo *versus* o indivíduo. E daí fizemos um monte de besteiras no meio do caminho. Quer dizer, nós temos que entender que a nossa história, a nossa cultura oscila entre pólos. Tanto o Fernando Henrique é moderno e arcaico como eu sou moderna e arcaica, como o [João Pedro] Stédile é moderno e arcaico. O Stédile é economista formado, entretanto carrega a tradição do gauchismo, do caudilhismo, do machismo, e ao liderar o movimento, ele aparece com um certo perfil que lhe é próprio, sendo muitas vezes entendido comopositor de sua lógica para o conjunto do país. No Nordeste, com a cultura da *mainha*, o machismo não é bem aceito e o debate se instaura. Em algumas circunstâncias esse debate esclarece e modifica posições e em outros ele não acontece produzindo um afastamento que prejudica o próprio movimento. É necessário saber lidar com essas diferenças, discutir esses problemas e vê-los nessa dimensão.

Em relação à história recente do Brasil, principalmente dos anos 50 aos 90, acho que é um dos momentos mais ricos da história brasileira do século XX, pela perspectiva histórica colocada, seja da Ditadura e o que ela representou para o Brasil, quanto do processo de abertura ou de transição controlada e, em grande parte, da atuação da esquerda. Já se tem muita discussão sobre “erros e acertos” da esquerda nos anos 50 e 60, mas acho que uma das coisas que está sendo discutido ultimamente é a

esquerda na transição. Sobre esse período histórico também podemos dizer que foram várias gerações que passaram por ele e que construíram perspectivas diferenciadas. Desde os anos 60, a juventude dos anos 60, houve a importância da resistência armada, o exílio e o retorno; uma geração que viveu a abertura, que esteve aqui, e se criou uma expectativa de que o Brasil iria mudar.

*Como participou disso tudo? Gostaria que comentasse três questões: - a primeira delas seria sobre a sua participação nesta história, enquanto pessoa engajada nos movimentos e lutas; - a segunda, sobre a avaliação que faz do jogo da direita na transição controlada; e, - a última, qual a avaliação que faria da trajetória das esquerdas (no caso, geralmente o PT e a CUT são as referências maiores), da interpretação histórica feita pelas esquerdas e os “erros e acertos” nos anos 70 e 80 (quando houve um crescimento do movimento e nos anos 90 houve uma situação diferenciada, revertendo-se em muitos aspectos). e, se é possível fazer uma autocrítica e avaliar a atuação da esquerda nos anos 70 e 80 e atualmente (o que esta esquerda está colocando hoje?).*

Nós temos, em primeiro lugar, que pensar um pouco qual é o dilema e a lógica desses processos histórico-políticos. Eu penso que o século XIX foi muito ilustrativo para pensar como é que se constituiu mesmo o perfil da política no Brasil.

Estou cada vez mais convencida de que não podemos separar os pólos desta maneira: os conservadores e os liberais; os republicanos e os liberais; e, depois, a direita e a esquerda. Porque nós temos uma tal imbricação de posições definidas no campo da política que, tanto um lado quanto o outro, são artífices de posições que devem ser consideradas. Qual é a radicalidade fundamental dos conservadores para a gente pensar os liberais; qual é a radicalidade dos liberais para a gente pensar os republicanos? A gente nunca pensa qual é o máximo possível do adversário para ver se o grupo de esquerda está para além desta posição. Nós somos frutos de um engendramento histórico que não dá para separar arcaico de moderno, porque ambos são constituintes e constitutivos de nossa historicidade.

O século XX foi o século da guerra. Ele exacerbou polaridades: a primeira é a idéia de que há a necessidade de um conserto único nacional para enfrentar o adversário e, a outra questão, é a exacerbação nacionalista neste processo de conserto único. Desses dois movimentos, se pensarmos como é que ocorre a crise dos anos 20, porque 30 vai ter a dimensão que teve, depois a Ditadura de Getúlio para se chegar aos anos 50, pode-se

nesse processo de resgate compreender claramente qual é situação de imbricação entre uma e outra polaridade das forças.

Nos anos 20, o que tivemos? Um movimento de protesto social tentando fazer uma primeira ampliação de direitos que se constituíram em lutas autônomas de trabalhadores. Essas lutas dos libertários passaram a ser mediadas pela formação do Partido Comunista. Este, por sua vez, articulou-se ao Partido Democrático Nacional, indicando que nenhuma das partes se sentia com a totalidade do controle para levar a frente um projeto de ampliação de direitos sem a participação do outro. Quando os comunistas se associaram ao PDN e este, ao invés de realizar a transição, voltou-se para os seus antigos adversários limitou tanto a democratização e como o processo de expansão industrial. Percebe-se assim que os comunistas estavam aquém de seu tempo, portanto já numa certa anacronia sem entender que o PRP não poderia ser entendido como uma força de apoio. Com isso, percebe-se uma derrocada da radicalidade operária anarquista nesta mobilização e emerge um consenso mediado por um pacto conservador pelo Estado. O que Vargas fez? Criou toda uma arquitetura de funcionamento político para implementar uma agenda que era a agenda dos trabalhadores, recuando o combate, entregando-o ao Ministério do Trabalho que passou a ser um árbitro. Porque existia a liberdade sindical, a autonomia das agremiações políticas, o Estado não era o mediador, mas havia toda uma legislação que não era generalizada nem ampliada, fruto dessas lutas. Vargas expande de fato os direitos fazendo um movimento mais radical em relação ao conjunto dos trabalhadores, porque os trabalhadores urbanos e também rurais serão beneficiários dessa legislação trabalhista, da formulação do Ministério de Trabalho, da exigência do cumprimento da lei, das férias, etc. Houve uma elevação social, porque de nenhuma regulamentação eles passam a ter uma incorporação de renda efetiva, garantida pelo Estado.

O que ocorre no inverso? No inverso perde-se a autonomia dos sindicatos e as forças políticas que seriam as críticas desse movimento passam a ser incorporadas no próprio aparelho do Estado. Essa é uma estratégia entre a rebeldia e a conservação, elas estão ali, ambas. Então, você pode dizer que o projeto do Vargas é um projeto absolutamente conservador? Não. Ele incorpora massas sociais bastante significativas exatamente na obtenção de renda e eleva o padrão de renda? Posso, hoje, analiticamente discutir o limite deste processo, mas sem dúvida quando ele dizia: “trabalhadores do Brasil”, ele tinha um apoio de massa, pois de fato, houve incorporação. Se olharmos os dados estatísticos e as análises

econômicas a migração rural-urbana realizou uma nova etapa no processo de organização dos trabalhadores, construiu casas, cresceu sua base de consumo e de educação; a segunda geração chamada pelos próprios, faz crescer as estatísticas, nos anos cinquenta e sessenta. Isso significa que houve uma elevação do padrão de renda.

O pós II Guerra foi um período contraditório porque ao mesmo tempo em que ele engendrou a militarização do Estado, ele liberou toda uma expressão cultural, todo um desenvolvimento cultural, mas especialmente uma integração da cultura brasileira na cultura ocidental e formou uma geração alimentada pela emoção das *big bands*, pelo show das grandes orquestras, pelo jazz, etc.

Dancei com a juventude da minha geração ao som de Glenn Miller, com Ray Conniff, entre outros. Uma juventude que tinha sido incorporada pelo ouvido à toda essa cultura do *American way of life*, do *boom* americano, ao mesmo tempo em que a gente tinha posições cada vez mais articuladamente nacionalistas. E a minha trajetória vem de uma família também polarizada. Meu pai, mais ligado ao fascismo, enquanto o seu irmão, que também morava conosco, era do Partido Comunista, segurança do [Luis Carlos] Prestes. Esta polaridade, você imagina numa família de origem Calabresa o que dava de encrenca e confusão. E obviamente, como eu era rebelde, para ficar contra o meu pai, fiquei com o meu tio e, trabalhei cedo no partido Comunista.

A minha primeira experiência política vem mesmo de toda uma vinculação com os textos do PC, com a prática do PC, com este mundo meio da clandestinidade, porque tínhamos que esconder o tio, guardar os seus materiais, correr com ele. A minha pré-adolescência e adolescência foi toda vinculada a este mistério da esquerda e essas idas e vindas, essas fugas e essas confusões.

Nos anos 60, já tínhamos combates mais abertos. Uma esquerda dividida pelo menos em três posições. Os grupos troskistas que tentaram toda uma estratégia de entrismo no PC e fizeram várias discussões sobre as posições do PC. Entretanto, é bom lembrar que o partido oficial, diferentemente do partido real que estava na clandestinidade, tem que ser entendido nestas várias expressões das lutas que não eram tão homogêneas, tão integradas assim. Em 1962, com a formação do PC do B, alterou-se o universo de discussão. Era a época da revolução cubana e também os debates sobre a revolução chinesa.

Como jovem pré-universitária passei dias e noites lendo os textos da revolução chinesa em reuniões semiclandestinas que fazíamos para

entender o jogo da política. Eu não era filiada ao PC, nunca me filiei dessa maneira ao PC, mas depois eu acabei fazendo muitos serviços para o partido, na medida em que eu era uma moça com deficiência física, trabalhava num escritório no centro de São Paulo, centro nervoso do poder militar que era o prédio do Edifício Itália. Trabalhava na CREFISUL que ocupava o 29º andar e o Comitê das Forças Armadas estava no 40º. A gente vivia esta tensão o tempo inteiro.

Eu fiz muitos movimentos de levar pacotes e trazer pacotes. Devo ter levado muitos panfletos, muitas cartas e não sabia o que tinha nos pacotes. Fazia o serviço mais pela causa das liberdades do que como uma militância engajada nas fileiras daquela agremiação, mesmo porque a agremiação era uma agremiação um pouco estranha na década do 60. O PC era um partido que tinha uma intervenção e uma influência no campo intelectual, na política, no movimento estudantil, mas também era um partido que fazia uma agregação por festas. Eu fui a várias festas para conhecer o pessoal do comitê central. Você imagina se eu ia às festas para conhecer o pessoal do comitê central, a polícia também podia ir à festa. Nesse processo todos tínhamos clareza de duas coisas. Que o Golpe Militar foi um rombo, umas fissuras enormes nas nossas vidas, e passamos a viver um clima de tensão, de perseguição e cada um que saía, que desaparecia, assim como as cassações e as fugas marcaram profundamente nossas vidas. Eu me lembro, numa das vezes, eu tinha recebido meu salário e, um companheiro que estudava no mesmo lugar que eu precisava fugir. Bem, eu dei todo o meu salário na mão desse companheiro (Fortunato era seu nome de guerra). Ele fugiu e nunca mais eu soube dele. Não sei de que agremiação ele era e nem porque que ele estava fugindo. Era uma coisa assim meio irradiada de diferenciações. E a gente estava sempre voltada para defender estas pessoas porque do outro lado tinha o adversário comum que era o poder militar, a violência da repressão, as torturas que nos ameaçavam a todos.

Mas nós que ficamos tivemos que inventar um jeito de fazer política e de fazer resistência. Nessa perspectiva as várias agremiações - o PCBR para onde eu fui, a Ação Popular, os grupos trotskistas, o MR-8, a LIBELU -, todos estes grupos acabavam tendo, em alguns momentos, alguma aproximação porque no movimento estudantil estas tendências todas estavam mais ou menos próximas ou em disputa. E nós tínhamos uma certa solidariedade entre as várias posições. Apesar de haver combates enormes, brigas, toda vez que tinha um movimento no sentido da repressão havia toda uma articulação solidária. Criou-se um elo de

solidariedade entre as esquerdas que foi muito importante no período da Ditadura para uma autoproteção e para possibilitar que levássemos em frente alguns projetos. Acabávamos estando próximos deste movimento todo, da esquerda que tentava se infiltrar na própria organização de oposição do MDB que a gente inicialmente rechaçou inteiramente por ser uma oposição consentida, até que em 74 conseguimos uma expressão de voto bastante significativa. Os membros do PC ganharam espaço no poder e aí começou, do meu ponto de vista, uma viragem mesmo. Uma viragem que já estava previamente decidida que iria para o que chamamos de transição lenta e gradual.

Na verdade não haveria uma ruptura radical quando se optou por um caminho da via institucional da política parlamentar, depois da derrota de todas as tentativas da esquerda armada. A transição já estava em curso mesmo. A esquerda deixou suas posições mais radicais e meio que se acomodou numa articulação entre o conservadorismo e a radicalidade. E acho que este elemento é um elemento importante. É óbvio que nesta perspectiva a derrubada dos militares ou a desacomodação do poder militar, foi perdendo aquela dimensão mais radical de uma viragem total. E ela foi se incorporando àqueles que eram do poder discricionário na lógica do novo poder. A burguesia civil, por exemplo, começou a se distanciar dos militares, foi se acomodando a este discurso mais reformista, ao mesmo tempo em que mantinha as mesmas posições anteriores. Esta tensão, foi se fazendo e, quanto mais lento fosse este processo de articulação entre um movimento e o outro, mais acomodação das forças conservadoras na lógica do novo momento ia se produzindo. Um momento menos radical já conciliado com os antagonismos fundamentais, mas acabou se constituindo como um momento em que de fato começou o processo de distensão política.

Qual foi o componente duro neste processo, do meu ponto de vista? É que nestas viragens, mesmo quando há incorporação econômica para as camadas populares e para os trabalhadores, ela já se faz muito aquém do necessário ou ela nem se faz. Se você olhar a curva da distribuição de renda do país nesses momentos ou continuamente, vai ver que ela se altera pouco. Então, nós acabamos sempre nos limites de uma democracia política, ou de uma luta pela revolução política, e não por uma revolução social propriamente dita.

O perfil de incorporação de renda e o perfil de alteração de renda, ele não se dá. Este é um elemento a ser considerado com muita clareza. E acho que esta acomodação entre o velho e o novo é que tem garantido

a manutenção das estruturas de mando do poder, e, portanto, de aporte do resultado econômico em grupos muito definidos.

Temos que fazer uma outra discussão agora, de pensar como é que nós vamos fazer a expansão econômica, da incorporação econômica, e se ela vai ser feita no campo dessa articulação e negociação política. É por isso que a questão do MST, como ela vai se desenvolvendo, como vai regando, puxando o conflito político, não deixando ir às últimas conseqüências, mas já fazendo a incorporação econômica. Agora, se formos fazer a magnitude disso em termos do PIB brasileiro é quase nada. Isso é muito insignificante ainda. Temos que pensar como é que amplia para ter uma alteração do PIB. Se tiver 15% do PIB voltado para estas experiências de incorporação social, a gente começa a ter uma outra distribuição de renda.

Pensar sobre isso é pensar de que maneira este hiato entre a economia e a política se dá nos momentos de tensão. Hoje você vai ter o quê? Fruto desse processo todo de euforia, crescimento econômico, tentativa de incorporação, etc., tem uma expansão do conflito social. No conflito social na década de 50 você tinha sindicatos se formando, ligas camponesas, a guerrilha de Porecatu, Trombas e Formoso, etc. Precisa perguntar se foi a radicalização política que levou ao golpe? Acho que não foi. O que levou ao golpe militar foi muito mais uma tentativa de controle da incorporação econômica do que dessas expressões dos combates políticos regionalizados. Porque Porecatu, por exemplo, já estava encerrando seu processo com uma certa titulação de terras e uma reforma agrária. Trombas e Formoso era um território livre e foi derrubado inteiramente. Tiveram que depor armas e se conformar à perda das suas lideranças e a estrutura vigente anterior. As ligas serviram para mostrar que o caldeirão do Nordeste precisava de um certo tamponamento. E aí vem os militares e, do Golbery [do Couto e Silva], a idéia do tamponamento das fronteiras para evitar esta questão.

O golpe se legitima pela idéia do desenvolvimento econômico. Acho que é interessante a gente pensar nisto. Por que o golpe se legitima pela idéia do desenvolvimento econômico? Qual foi o movimento que o golpe produziu no sentido de levar a sociedade a pensar que ela estava, de fato, ganhando uma incorporação econômica? Tem que pensar sobre o setor urbano, os setores médios urbanos e como é que eles tensionam a política toda vez que eles têm perdas mais significativas. A crise da inflação dos anos 60, no pré 64, atingia fundamentalmente os setores médios urbanos. São estes que vão ser acionados para fazer a defesa do

golpe militar, a Passeata dos 100 mil, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. O Projeto do Castelo, e depois em seqüência criar toda uma apropriação do fundo público para fazer habitação de classe média. E tem até a manipulação dos números que só vai ser revelada na década de 70, com a crise do milagre, de quanto esta classe média achava que tinha enriquecido e na verdade como era frágil a sua incorporação social.

A crise do milagre alimenta uma tensão que já vinha vindo no setor operário, nas lutas para reordenar o seu espaço político e suas conquistas. Um pouco mais o fundo público para si. A revelação da crise do milagre, da década de 70, fortaleceu a base operária e a luta operária e aproximou os setores médios dessa luta. O sindicalismo novo, permitiu a possibilidade de criar o PT e a CUT já com uma base de adesão de setores médios muito significativos.

A base popular de formação do PT foi muito regionalizada e localizada. O grande pólo de apoio dos setores médios da intelectualidade, do movimento estudantil, dos serviços, dos bancários que tinham uma força importante dentro da formação do PT, etc. O PT já nasceu como um partido dessa tensão entre os setores médios. Os autonomistas ou neo-anarquistas tinham uma posição de que os movimentos sociais dariam conta de fazerem a viragem. Toda uma movimentação ocorreu no sentido de que os mediadores deveriam sair de cena e deixar os movimentos sociais caminharem mais autonomamente. O resultado disso foi à falta de mediadores para encaminhar as lutas dos movimentos sociais. E de fato essa perda da liderança ou da articulação política numa sociedade que não vai às últimas conseqüências, que está engendrada nesta tensão entre o moderno e o arcaico, a presença dos mediadores é absolutamente fundamental, porque a cultura brasileira, a sociedade brasileira, o engendramento histórico brasileiro estão apoiados nesta constituição, nesta tensão entre o moderno e o arcaico; entre uma hipótese de ruptura acomodada previamente. O consenso e a conciliação antes da explicitação inteira do fenômeno e do problema.

Então, quando o movimento vai às últimas conseqüências, via de regra, ele fica isolado. As várias composições de força que dariam a ele uma dimensão, uma expressão de maior solidariedade, seja regional, seja estrutural, seja política, ela vai se perdendo. É o que pode acontecer com o MST. Quando ele faz a propositura mais radicalizada ou quando explicita melhor a questão do conflito aberto, vários mediadores refluem. Quando da marcha, para Brasília, a proposta de quebra dos pedágios foi

motivo de muita crítica de muitos aliados do movimento. A oposição a esta frase foi absolutamente radical. Por quê? Porque uma frase dessa natureza propõe um confronto. Os mediadores mais afinados acham um isso um absurdo porque pode desmoralizar o movimento.